

Plano Brady vai comprometer investimentos de Collor

Jamil Bittar — 17/5/91

AFP — 3/4/89

**Madalena
Rodrigues**

BRASÍLIA — Quando anunciou, em Nova Iorque, no dia 20 de junho, a disposição do governo brasileiro de aderir ao Plano Brady, o ministro Marcílio Marques Moreira, abriu a temporada de indagações sobre o que essa decisão significará para a economia e para a sociedade brasileiras. O Plano Brady é um fórmula de renegociação de débitos externos proposta pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de reduzir a dívida dos países do Terceiro Mundo. Para habilitar-se a esse programa, o país tem de sujeitar-se a certas condicionalidades, adotando um rigoroso programa de ajuste econômico interno, monitorado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso significa frear a emissão de moeda e conter ainda mais os investimentos do governo Collor.

No próximo dia 22, quando chegar a Brasília mais uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), a equipe econômica começará a discutir o extenso cardápio do ajuste econômico. Assim, pela décima vez, o país se comprometerá com uma carta de intenção, prometendo cumprir metas de política econômica, com um objetivo maior pela frente, que é a renegociação do principal da dívida externa brasileira, de US\$ 52 bilhões. Somente submetendo-se a um programa de ajuste que seja cumprido "por um prazo razoável", como já admitiu o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o Brasil poderá habilitar-se ao Plano Brady, e



Marcílio terá de reduzir gastos para usar a fórmula de Nicholas Brady



pelo qual já passaram o México, a Venezuela e a Costa Rica.

O acordo com o FMI é uma espécie de vestibular para o Plano Brady. Primeiro, o governo monta um programa de metas econômicas, que terá de cumprir para ter acesso ao plano. O país terá de prever o comportamento das contas públicas quando esbarra na possibilidade de um déficit em 1991 superior a 1% do PIB. Reverter essa expectativa, aumentando a arrecadação e cortando mais ainda os gastos, é tarefa difícil. O chefe do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Aécio Cunha, lembra que cortar mais ainda os gastos pode significar fechar hospitais, universidades, deixar de investir em hidrelétricas. "É isso o que quer a sociedade", indaga.

O Plano Brady foi batizado com o nome de seu autor, o secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady. Em março de 1989, Brady falou

pela primeira vez na possibilidade de renegociação da dívida externa dos grandes devedores, com o aval do Tesouro norte-americano, do Banco Mundial e de outras instituições oficiais de crédito. O plano prevê a redução do principal da dívida junto aos bancos privados, ou dos juros, ou uma das duas opções com a concessão de um novo financiamento ao devedor, sem excluir a possibilidade de conversão de parte dos débitos em investimentos diretos no país.

Embora pareça generoso, o Plano Brady foi uma forma encontrada de dar aos bancos privados norte-americanos a certeza de receber empréstimos feitos aos grandes devedores. Além disso, ao abrir o México, por exemplo, os EUA deram um passo para desativar um preocupante foco de instabilidade política. Os mexicanos reduziram gastos públicos, a inflação, cumpriram amplo programa de privatizações, liberalização do comércio

exterior e criaram regras para atrair investimentos estrangeiros. E, mesmo assim, ainda amargam consequência constatada pelo economista Sweder van Wijnbergen, do departamento do México no Banco Mundial: piorou o padrão de vida dos mexicanos.

O ex-ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira está convencido de que o Plano Brady para o México foi uma "porcaria". "O que foi dado foi um desconto de 11% líquidos em seu fluxo de divisas. Foi um péssimo negócio", garante. E a Venezuela conseguiu menos ainda, diz Bresser. Marcílio gosta de citar o exemplo do México, afirmando que em 1990 a economia mexicana recebeu US\$ 8 bilhões

em recursos externos graças ao resultado de suas negociações com os credores privados. Mas Bresser rebate, afirmando que o México só consegue atrair capitais graças ao programa de estabilização econômica executado antes.

O ex-negociador da dívida Paulo Nogueira Batista Jr., do Instituto de Economia do Setor Público, acha graça quando se fala em Plano Brady. Ele diz que a única conquista do México foi a redução nos pagamentos de apenas 0,5% do PIB do país. "O Brasil não tem condições físicas para absorver um Plano Brady", assegura, prevendo que as exigências dos bancos comerciais não caberão no orçamento público. Este ano, o Brasil já está comprometido com o pagamento global de US\$ 6,2 bilhões aos credores privados internacionais, e aumentar esse valor, adverte, é pressionar o gasto público e provocar mais inflação.